

CONTRIBUIÇÕES DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR: PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA REGULAR NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Contributions of occupational therapists in the school context: perception of teachers of a regular school in the municipality of Rio de Janeiro

Contribuciones de terapeuta ocupacional en el contexto escolar: percepción de profesores de Escuela Regular en el Municipio de Río de Janeiro

Mariangela Dias Alves 
<https://orcid.org/0000-0003-4077-2534>
Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Márcia Cristina de Araújo Silva 
<https://orcid.org/0000-0001-6058-4464>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Alves, M.D.; & Silva, M.C.A. (2022). Contribuições do terapeuta ocupacional no contexto escolar: percepção de professores de uma escola regular no Município do Rio de Janeiro. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 6(2), 892-908. DOI:10.47222/2526-3544.rbto41342.

Resumo

Introdução: A educação inclusiva é um processo em constante movimento ao longo dos anos, seja por atualização das políticas públicas ou pela modificação de práticas que se desenvolvem no contexto escolar. Apesar destes avanços, muitas barreiras ainda se apresentam para que a inclusão escolar seja realmente efetiva. Sendo assim, a articulação da escola com profissionais como o terapeuta ocupacional é potente na promoção do desempenho ocupacional de alunos com necessidades educacionais específicas. **Objetivo:** Entender de que maneira a intervenção do terapeuta ocupacional, com o professor de sala de aula regular, facilitou o processo de educação inclusiva em uma escola municipal. **Resultados/Discussão:** A partir da coleta de dados, percebeu-se que a maioria das demandas identificadas pelos participantes estavam relacionadas a alterações nas funções e estruturas do corpo, habilidades de desempenho e de interação social. As estratégias direcionadas aos professores envolveram tecnologia assistiva, orientações e adaptações curriculares. Observou-se como o trabalho colaborativo entre terapeuta ocupacional e docente é promotor da construção de possibilidades para melhorar o engajamento dos alunos incluídos nas atividades do cotidiano escolar. A percepção dos docentes sobre a atuação do terapeuta ocupacional confirma o que é indicado na literatura sobre a importância da sua atuação no contexto escolar. **Considerações finais:** De modo geral, os docentes se mostraram comprometidos com a pesquisa e acreditam que as estratégias contribuíram para a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Inclusão Escolar. Consultoria Escolar. Necessidades Educacionais Específicas

Abstract

Introduction: Inclusive education is a process in constant movement over the years, either by updating public policies or by modifying practices that develop in the school context. Despite these advances, many barriers still exist for school inclusion to be effective. Thus, the articulation between the school and professionals such as occupational therapists is powerful in promoting the occupational performance of students with specific educational needs. **Objective:** To understand how the intervention of the occupational therapist with the regular classroom teacher facilitated the process of inclusive education in a municipal school. **Results/Discussion:** From the data collection, it was noticed that most of the demands identified by the participants were related to changes in body functions and structures, performance skills, and social interaction. Strategies aimed at teachers involved assistive technology, guidance, and curriculum adaptations. It has been observed how the collaborative work between occupational therapists and teachers its a promote the construction of possibilities to improve the engagement of students included in daily school activities. The teachers' perception about the role of occupational therapists confirms what is indicated in the literature about the importance of their role in the school context. **Final considerations:** In general, teachers were committed to the research and believed that the strategies contributed to learn of students with special educational needs.

Keywords: Occupational Therapy. Special Education. Collaborative Consulting. Special Educational Needs

Resumen

Introducción: La educación inclusiva es un proceso en constante movimiento a lo largo de los años, ya sea mediante la actualización de las políticas públicas o modificando las prácticas que se desarrollan en el contexto escolar. A pesar de estos avances, aún existen muchas barreras para que la inclusión escolar sea realmente efectiva. Así, la articulación de la escuela con profesionales como los terapeutas ocupacionales es poderosa para promover el desempeño ocupacional de los estudiantes con necesidades educativas específicas. **Objetivo:** Comprender cómo la intervención del terapeuta ocupacional con el maestro de aula regular facilitó el proceso de educación inclusiva en una escuela municipal. **Resultados / Discusión:** A partir de la recolección de datos, se notó que la mayoría de las demandas identificadas por los participantes estaban relacionadas con cambios en las funciones y estructuras corporales, habilidades de desempeño e interacción social. Las estrategias dirigidas a los maestros involucraron tecnología de asistencia, orientación y adaptaciones curriculares. Se observó cómo el trabajo colaborativo entre terapeutas ocupacionales y docentes promueve la construcción de posibilidades para mejorar el involucramiento de los estudiantes incluidos en las actividades escolares diarias. La percepción de los docentes sobre el rol de los terapeutas ocupacionales confirma lo señalado en la literatura, sobre la importancia de su rol en el contexto escolar. **Consideraciones finales:** En general, los docentes estuvieron comprometidos con la investigación y creen que las estrategias contribuyeron al aprendizaje de los estudiantes con necesidades educativas especiales.

Palabras claves: Terapia Ocupacional. Integración Escolar. Consultoría escolar. Necesidades educativas especiales

1. Introdução

No atual contexto da educação inclusiva brasileira, as políticas públicas asseguram o direito do aluno com necessidades educativas específicas (NEE) à igualdade nas condições de acesso e permanência na escola, por meio da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996). No que tange ao município do Rio de Janeiro, há legislação específica para a inclusão escolar de alunos com deficiência e altas habilidades/superdotação, que está em conformidade com as demais políticas nacionais (Rio de Janeiro, 2018).

Para além da garantia de acesso à educação, ainda há muitos desafios a serem superados pelo aluno da educação inclusiva, para que consiga se desenvolver e aprender como os demais. A aquisição de habilidades fundamentais para o desempenho escolar de alunos com NEE demanda modificações e adaptações nos currículos, ambientes e materiais, que, na maioria das vezes, não estão disponíveis na escola (Baleotti & Zafani, 2017; Rocha et al., 2003).

Compreende-se, assim, que somente a matrícula e presença da criança com algum tipo de deficiência em sala de aula não significa que isto contemplará a aprendizagem e socialização (Brasil, 2015; Brasil, 1996; Rocha et al., 2003).

Ao se analisar o papel do professor de promover e facilitar os processos de ensino e aprendizagem, é notório que a falta de preparo nos cursos de formação pedagógica ou nas licenciaturas pode inviabilizá-los e comprometer o desempenho, autonomia e a participação social dos alunos incluídos (Baleotti & Zafani, 2017; Rocha et al., 2003).

A fim de que a atuação do docente em sala de aula promova a educação inclusiva, é fundamental a criação de cursos de formação continuada e de estratégias pautados nos princípios da interprofissionalidade, que envolvam profissionais de diferentes áreas, para além da educação.

O trabalho em conjunto do professor com o terapeuta ocupacional pode ser potente na criação de relações que proporcionem melhorias na inclusão escolar de alunos com NEE, facilitando o engajamento destes nos processos educacionais. Recentemente, houve a regulamentação da atuação de terapeutas ocupacionais no contexto escolar, uma vez que esse é um espaço potente para a facilitação da independência, autonomia e melhora da participação social dos alunos com NEE, que, em sua maioria, apresenta alterações importantes no desempenho ocupacional (Coffito, 2018; Jurdi et al., 2004; Pelosi & Nunes, 2011).

Devido à expertise e conhecimento sobre a ocupação humana e acerca das diferentes limitações dos indivíduos no engajamento das atividades, o terapeuta ocupacional utiliza recursos que podem auxiliar o professor o desenvolvimento de metodologias e estratégias que facilitem a participação e permanência de alunos com necessidades específicas na escola regular (Cavalcanti et al., 2015).

Uma das possibilidades de atuação do terapeuta ocupacional nos espaços escolares pode se dar por meio de ações baseadas na Consultoria Colaborativa. Essa abordagem envolve o aluno, os familiares e os profissionais da escola, e o terapeuta ocupacional será um consultor, à medida que auxiliará o professor a definir objetivos a curto, médio e longo prazos com os alunos com NEE e de acordo com as demandas. Essa relação terapeuta/professor será construída de forma horizontal e igualitária com os envolvidos, pensando na discussão e resolução de problemas, assim como as intervenções possíveis no processo de inclusão escolar (Baleotti & Zafani, 2017; Della Barba & Minatel, 2013; Folha & Monteiro, 2017; Trevisan & Della Barba, 2012).

A consultoria pode ser direta com o aluno ou de forma indireta com os familiares e equipe escolar. Todos os planejamentos e ações são discutidas em conjunto, deverão ser direcionadas visando sempre favorecer o desenvolvimento educacional do aluno e também sensibilizar toda a comunidade escolar, acerca da qualidade da atenção que deve ser garantida aos educandos com NEE. Essa abordagem contribui para a formação do docente que atua com esse público, de maneira a potencializar o processo de buscar possibilidades que atendam às necessidades específicas dos alunos incluídos (Baleotti & Zafani, 2017; Della Barba & Minatel, 2013; Folha & Monteiro, 2017; Trevisan & Della Barba, 2012).

Considera-se, portanto, a relevância na identificação de demandas e dificuldades que o professor vivencia no contexto escolar, de modo que seja possível a construção conjunta de ações, além de criação de vínculo com o terapeuta ocupacional. A prática colaborativa entre esses profissionais é essencial para troca de experiências e suporte, fundamentais para a construção de estratégias facilitadoras do desenvolvimento do aluno com NEE (Baleotti & Zafani, 2017; Folha & Monteiro, 2017).

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi entender de que maneira a intervenção do terapeuta ocupacional, com o professor de sala de aula regular, facilitou o processo de educação inclusiva em uma escola municipal na zona oeste do município do Rio de Janeiro.

2. Método

Este estudo compreendeu parte de um trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Terapia Ocupacional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Desenvolveu-se entre abril e dezembro de 2019, na Escola Municipal Nicarágua, localizada na Avenida Santa Cruz, em Realengo, Rio de Janeiro. Os participantes foram os docentes do quadro efetivo da escola, que lecionavam em sala de aula regular com alunos com NEE, com acompanhamento do professor de apoio. Não foram incluídos profissionais que atuavam na sala de recursos. Os participantes da pesquisa atuam com diferentes disciplinas em turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Os alunos com NEEs apresentavam diversas condições de saúde, porém, o estudo não se ateve a diagnósticos, mas sim à percepção dos professores acerca das dificuldades que os discentes apresentavam no processo de ensino-aprendizagem.

Esta é uma pesquisa do tipo observacional transversal descritiva, com abordagem qualiquanti, devido às características do questionário e das entrevistas, que permitiram observar um conjunto de variáveis numéricas e categóricas sobre a dificuldade dos professores na inclusão de alunos com NEE.

A seleção do grupo amostral foi feita por meio de convite realizado durante apresentação do projeto na Escola Municipal Nicarágua. Onze docentes, que atendiam aos critérios de inclusão, demonstraram interesse em participar e, em seguida, reuniram-se com as pesquisadoras para preenchimento do TCLE e resposta a uma entrevista, a fim de identificar dados sociodemográficos e as dificuldades dos docentes no processo de inclusão.

Posteriormente à análise das entrevistas, realizou-se um novo encontro com os participantes para organizar o acompanhamento em sala de aula. Mediante às demandas apontadas, as pesquisadoras elaboraram as estratégias e as apresentaram aos professores para aplicação. Após a intervenção, que durou 4 semanas, os docentes participantes preencheram outro questionário em escala de Likert para demonstrar sua percepção sobre as ações propostas. Na parte final do instrumento, havia um espaço para que os docentes fizessem observações. Os instrumentos para coleta de dados sociodemográficos, identificação das demandas dos docentes e sobre sua percepção relacionada à efetividade das estratégias foram elaborados pelas pesquisadoras.

A caracterização da amostra foi descrita ao longo do texto e a análise dos questionários, que apontavam as dificuldades dos participantes, foi feita por categorização, conforme descrito por Bardin (2001), com a definição de duas categorias: *Dificuldades de Aprendizagem e Dificuldades Comportamentais*. Para definição das categorias, utilizou-se a AOTA (2015), na parte de funções e estruturas do corpo e sua

relação com as habilidades de desempenho motoras, desempenho processual e participação social. Esta relação foi direcionada pelo engajamento e motivação na realização de atividades escolares.

Neste estudo, foi apresentada somente a categoria *Dificuldades de Aprendizagem* em forma de quadro e a análise de uma das respostas obtidas na escala de Likert, foi demonstrada por meio de gráfico. Todo o registro dos dados coletados foi feito pelos próprios participantes nas folhas das entrevistas, que ficaram com as pesquisadoras e as observações em sala de aula foram anotadas em diário de campo.

3. Resultados

3.1 Caracterização da amostra

As características da amostra permitiram identificar que a maioria dos docentes era mulher (n=9; 82%) com idade acima dos 40 anos (n=7; 63,6%). Contudo, a distribuição etária dos participantes se mostrou homogênea entre 30 a 39 anos (n=4) e 45 a 59 anos (n=4).

Considerando-se a formação continuada, 46% dos participantes possuía mestrado, 36%, especialização e 9%, Licenciatura ou Magistério. A literatura aponta que uma capacitação mais elevada pode contribuir para o aumento do conhecimento e preparação dos docentes para atender à diversidade das demandas e favorece o desenvolvimento escolar e o processo de aprendizagem do aluno com NEE (Brasil, 2015; Brasil, 1996; Pletsch, 2009).

O desafio em relação à formação de professores se dá na capacidade de construir conhecimentos que promovam compreensão e permitam desenvolvimento de ações voltadas para a complexidade do processo de ensino-aprendizagem, especificamente, deste grupo de alunos (Nascimento, 2009; Pletsch, 2009).

O professor da educação inclusiva deve ser capaz de rever e modificar, quando necessário, o processo pedagógico, de modo a promover não somente aquisição de conhecimento, mas também facilitar para o aluno a aquisição de habilidades que sejam significativas social e afetivamente. No entanto, a realidade da formação docente reflete a ênfase nos conteúdos teóricos, cujos currículos se distanciam da prática pedagógica e, por conseguinte, não proporcionam a formação adequada e necessária para que os professores trabalhem com a diversidade dos alunos (Nascimento, 2009; Pletsch, 2009).

Quanto mais o docente for habilitado para propor e implementar diferentes estratégias pedagógicas, que atendam às variadas dificuldades dos alunos, para além de uma condição de saúde, mais qualificado ele será para incluir a diversidade dos seus educandos (Pletsch, 2009; Rocha et al., 2003).

3.2 Levantamento das demandas dos docentes e estratégias do terapeuta ocupacional

No presente estudo, as terapeutas ocupacionais realizaram intervenção indireta, por meio dos espaços de trocas com os professores (Folha & Monteiro, 2017). Esse modelo de entrada do terapeuta ocupacional no ambiente escolar tem demonstrado ser potente e, cada vez mais, amplia as possibilidades de ações na escola para consolidação e efetivação da educação inclusiva (Della Barba & Minatel, 2013; Jurdi et al., 2004).

As Dificuldades de Aprendizagem identificadas nas entrevistas estão descritas no quadro 1. A maioria dos participantes apontou alterações nas funções mentais específicas e nas habilidades de desempenho processual, tais como a falta de atenção, alterações na memória e no raciocínio lógico.

A realidade dessa escola diferiu do que é reportado na literatura, em razão de que os achados de estudos realizados no contexto escolar demonstraram que as dificuldades dos alunos com NEE estavam relacionadas, em sua maioria, às alterações nas habilidades de desempenho motor (Baleotti & Zafani, 2017; Calheiros & Mendes, 2016; Folha & Monteiro, 2017; Gebrael & Martinez, 2011; Pelosi & Nunes, 2011; Plotegher et al., 2013; Santos et al., 2019; Toyoda et al., 2007).

Quadro 1: Percepção dos professores sobre a dificuldade dos alunos

Participante	Dificuldades de Aprendizagem
P1	Alteração das funções de atenção, concentração e memória. Dificuldade na escrita.
P2	Alteração das funções de compreensão, abstração e raciocínio. Dificuldade na interpretação de textos.
P3	Alteração das funções de atenção, concentração e memória.
P4	Alteração das funções de raciocínio, memória, organização, interpretação e leitura. Lentidão na execução de tarefas.
P5	Alteração das funções de raciocínio lógico, estratégia, organização e planejamento.
P6	Dificuldade na escrita, com troca de letras.
P7	Alteração das funções de concentração e escrita. Dificuldade na leitura.
P8	Não identificou demanda.
P9	Alteração das funções de raciocínio lógico e matemático. Dificuldade na interpretação e produção textual.
P10	Alteração das funções de raciocínio lógico, compreensão. Dificuldade na interpretação textual e oral
P11	Alteração das funções de atenção, concentração e memória.

Fonte: Elaborado pelas autoras

O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) demonstrou os mesmos resultados que os estudos citados acima, no que se referia ao ranqueamento das deficiências no País, em ordem decrescente: deficiência visual, deficiência física, deficiência mental/intelectual e deficiência auditiva. No entanto, comparou-se os resultados desta pesquisa aos do censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2013), e ao estudo de Cardoso e Matsukura (2013), percebeu-se semelhança entre os achados desses autores com o que foi identificado neste estudo, pesquisa, em razão da maior incidência ter sido alunos com deficiência mental/intelectual.

Ressalta-se que a Escola Municipal Nicarágua, local deste estudo, atende a muitas famílias que moram em regiões próximas a Realengo, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, que possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e uma das rendas per capita mais baixas do município. Crianças de famílias cuja renda e escolaridade são mais baixas estão mais propensas a alterações no desenvolvimento neuropsicomotor e, conseqüentemente, no aprendizado formal (Cardoso & Matsukura, 2013).

Conforme as demandas identificadas nas entrevistas, a primeira estratégia de intervenção foi roda de conversa com os participantes cuja proposta era fazer esclarecimentos sobre as principais características e aspectos relacionados ao ensino-aprendizagem dos alunos com NEE e informar acerca das condições de saúde dos estudantes incluídos. Nesse espaço, foi possível aos professores expressar suas dúvidas e trocar experiências com as pesquisadoras e demais colegas, demonstrando o interesse e motivação do grupo em contribuir com o estudo.

Nascimento (2009) relatou que os professores identificaram a falta de alguns elementos, por eles, considerados como os principais entraves na inclusão escolar: suporte de profissionais especializados, equipe multiprofissional, orientação para o trabalho com alunos com NEE e a falta de formação.

Diferentes autores verificaram que os docentes, frequentemente, desconhecem as características das diversas condições de saúde, seus impactos e, também, as estratégias pedagógicas específicas que podem ser utilizadas em sala de aula, a fim de estimular as potencialidades do aluno (Nunes et al., 2013; Jurdi et al., 2004; Rocha et al., 2003).

Neste estudo, evidenciou-se a desinformação dos participantes no tocante aos impactos de algumas condições de saúde no desempenho dos alunos, assim como na dificuldade em compreender e explorar as capacidades do educando, a fim de favorecer sua participação nas atividades escolares.

Giardinetto (2009) demonstrou que, na condução do processo de ensino-aprendizagem, a necessidade dos professores por orientações de profissionais especialistas foi maior em séries mais avançadas do que na Educação Infantil. No local do presente estudo, os docentes atuavam com alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

O fato desse tipo de demanda ter sido identificada nos anos escolares mais avançados levantou a hipótese de uma possível associação entre a complexidade dos conteúdos e as mudanças comportamentais e fisiológicas inerentes ao período da adolescência.

Por ser o estudar uma ocupação, o terapeuta ocupacional pode ser um facilitador na realização de atividades inerentes ao aprendizado na escola, por meio de estratégias que atendam às diferentes necessidades que se apresentam nesse espaço. Assim, momentos de conversa e diálogo com os docentes são ferramentas utilizadas no acolhimento e escuta desse grupo.

Os questionamentos e dúvidas dos participantes durante a roda de conversa permitiram que observações realizadas em sala de aula fossem direcionadas para a dinâmica do professor, sua forma de lidar com os alunos com NEE, a maneira de trabalhar os conteúdos e as relações entre eles e os alunos naquele ambiente. Todo esse processo, aliado ao que foi identificado por meio do questionário inicial, possibilitou a criação e aplicação das estratégias, abaixo descritas.

Em matemática, de modo a facilitar a compreensão sobre os números decimais, propôs-se utilizar dinheiro fictício, com moedas confeccionadas pelas próprias pesquisadoras, em tamanho real e com notas compradas em uma loja de brinquedos. O embasamento para elaboração desta ação se deu por meio das indicações de Pelosi e Nunes (2011), quanto ao uso de recursos alternativos para as atividades desta disciplina. A professora elaborou uma lista de compras de itens para o lar e, como atividade inicial, as alunas tiveram que pesquisar o preço dos produtos e somar os valores para encontrar o total que seria gasto.

Para a aplicação e generalização destes conceitos, as alunas, juntamente com as professoras, realizaram a atividade externa "fazer compras", em um estabelecimento comercial próximo à escola. O objetivo dessa atividade foi proporcionar a vivência no território. Fazer compras e gerenciamento financeiro são, segundo a AOTA (2015), atividades instrumentais de vida diária e, para seu desempenho com autonomia e independência, requerem habilidades relacionadas ao planejamento e uso do dinheiro. A orientação e o treino de atividades são competências do terapeuta ocupacional, o que justifica a aplicação dessa estratégia pelas pesquisadoras, junto à professora, por meio do recurso indicado nas atividades dentro e fora da sala de aula (Baleotti & Zafani, 2017; Cavalcanti et al., 2015; Rocha et al., 2003).

Entende-se que a escola deve proporcionar o desenvolvimento do discente, preparando-o para a vida em todos os seus aspectos, a fim de possibilitar a aprendizagem, autonomia e a independência, para além do ambiente da sala de aula (Cavalcanti et al., 2015; Rio de Janeiro, 2018). Nessa perspectiva, a orientação à professora e as ações com as estudantes, direcionadas para o conteúdo trabalhado no componente curricular, contribuíram na aquisição de habilidades essenciais para participação social das alunas tanto nas atividades escolares, quanto no seu cotidiano.

Para além do dinheiro fictício, confeccionaram-se recursos de tecnologia assistiva (TA) para as intervenções realizadas nesta pesquisa: a) engrossadores para o lápis, de massa de EVA, para facilitar a escrita; e b) cartões com símbolos de comunicação alternativa e suplementar (CSA), confeccionados no software Boardmaker®.

A adequação de materiais e recursos escolares, assim como o uso da tecnologia assistiva, ampliam as possibilidades de intervenção do terapeuta ocupacional e estão em consonância com as políticas públicas que determinam a redução e/ou eliminação de barreiras que se impedem e/ou dificultam o engajamento e a participação do aluno com NEE nas atividades escolares (Baleotti & Zafani, Brasil, 2015; Brasil, 1996; Rocha et al., 2003).

No que se refere a esta pesquisa, considerou-se a importância da utilização de dispositivos e recursos de TA na promoção do engajamento e desempenho de atividades acadêmicas dos alunos com NEE. Estas estratégias corroboram o que foi descrito em outros estudos desenvolvidos por terapeutas ocupacionais no âmbito escolar (Pelosi & Nunes, 2011; Plotegher et al., 2013; Rocha et al., 2003; Toyoda et al., 2007).

Além disso, ações que envolvem dispositivos de TA têm apresentado bons resultados e contribuído para que o aprendizado seja um processo mais positivo e significativo para alunos incluídos em classes regulares (Baleotti & Zafani, Brasil, 2015; Calheiros & Mendes, 2016; Cardoso & Matsukura, 2012).

Desse modo, a partir das questões identificadas pela professora de Português, confeccionaram-se cartões que continham símbolos do BoardMaker, cujo objetivo era auxiliar os discentes com NEE na construção de frases e compreensão da função sintática. Conforme observado, a utilização desse recurso propiciou a formação da palavra escrita, juntamente com sua representação visual, permitindo às alunas a aquisição da linguagem esperada para o conteúdo estudado.

O uso de símbolos de CSA e figuras de revistas e jornais podem contribuir no desempenho de várias ocupações, dentre elas, estudar, pois são auxiliares na comunicação, na autonomia para execução de atividades de vida diária, atividades instrumentais de vida diária e das tarefas escolares (Manzini et al., 2013; Pelosi & Nunes).

Para a outra professora de Língua Portuguesa, que atuava no 6º e 7º anos, não foram utilizadas figuras de CSA, contudo, foi orientada a usar figuras relacionadas à matéria, como elemento preparatório da atividade escrita.

Evidências científicas sobre educação inclusiva descrevem o uso de imagens e/ou figuras como recursos auxiliares do aprendizado, uma vez que contribuem no estímulo da atenção e facilitam a compreensão e significação dos conteúdos e informações mais complexas. As imagens têm um papel fundamental na

elaboração do conhecimento, no registro e na comunicação, de modo que se constituem elemento chave no processo de ensino e aprendizagem (Amorim & Silva, 2016).

O uso de imagens também foi indicado aos docentes de História e Geografia, que deveriam oferecê-las aos alunos para que, inicialmente, as descrevessem e, em seguida, identificassem características ou aspectos das imagens no texto e tentassem associá-las ao conteúdo. O objetivo dessa estratégia era facilitar a fixação dos conteúdos trabalhados pelos professores. Folha e Monteiro (2017) usaram imagens para diminuir a lentidão no desempenho de tarefas e melhorar a atenção. No presente estudo, perceberam-se situações semelhantes ao se considerar a frequência de demandas análogas.

Confirma-se, portanto, a relevância da inserção do terapeuta ocupacional no contexto escolar, por ser um profissional habilitado para apresentar, informar e confeccionar dispositivos e recursos de TA aos professores, de maneira a minimizar e eliminar barreiras de acesso que comprometem o desempenho do aluno com NEE. Destaca-se que somente inserir o recurso de TA enquanto intervenção não possibilita, de fato, a inclusão escolar. O recurso precisa ser um meio que proporcione e estimule a participação social do estudante nas diferentes atividades escolares. Quando as intervenções são construídas a partir das demandas dos docentes, o processo de vinculação com o terapeuta ocupacional se estreita e fortalece o trabalho interprofissional (Baleotti & Zafani, 2017).

Verificou-se, nas aulas de Educação Física, a dificuldade de um aluno em participar com os outros colegas, devido às alterações na coordenação motora grossa e visomotora. Sugeriu-se ao professor que desenvolvesse atividades e jogos em duplas ou trios, de tal forma que a complexidade dos exercícios com a bola aumentasse gradativamente. Visou-se, com esta estratégia, aumentar o engajamento do aluno.

O estudo de Ghedini, Mancini e Brandão (2010) sobre a participação de alunos com deficiência física na escola demonstrou que a maior dificuldade deles se dá em atividades que exigem habilidades motoras. As autoras relacionaram variáveis de capacidade motora com a participação social de alunos com diferentes deficiências e identificaram que as habilidades físicas destes estudantes poderiam ser um possível fator preditivo para limitar sua participação na escola regular. No entanto, muitos alunos ficam excluídos ou têm prejuízos durante a participação nessas aulas. Além disso, adaptações curriculares na disciplina de Educação Física são pouco discutidas nos ambientes de formação e projetos político pedagógicos das escolas (Munster, 2013).

Barreiras arquitetônicas, atitudinais e a incapacidade de acesso aos conteúdos e atividades escolares podem comprometer a participação e autonomia do aluno com NEE. É fundamental que a escola seja um espaço acolhedor da diversidade de alunos, promotor e facilitador do processo de inclusão (Baleotti & Zafani, 2017; Della Barba e Minatel, 2013).

Em alguns casos, o aluno com dificuldades motoras pode contar com adaptações e não apresentar prejuízo na participação em outras disciplinas regulares, que acontecem, principalmente, em sala de aula. No entanto, nos componentes específicos da Educação Física, cuja exigência motora é maior, é possível que o engajamento e a participação estejam comprometidos na ausência de adaptação das atividades pelo docente (Munster, 2013).

Por ser uma escola olímpica, uma das modalidades esportivas era o Xadrez e os treinos aconteciam em uma sala específica, que continha diversos tabuleiros. Como estratégia de ação, propôs-se ao professor que organizasse cada um deles com as peças dispostas, representando momentos do Xadrez que fossem mais frequentes e difíceis para os alunos resolverem. Também as disporia de modo que a situação representada exigisse alguma estratégia a ser trabalhada. Cada aluno passaria pelos tabuleiros e faria sua jogada de acordo com a organização das peças.

Essa estratégia foi pensada por envolver e proporcionar a aquisição e o desenvolvimento do raciocínio lógico, da resolução de problemas e da agilidade. Dessa maneira, com o ganho dessas habilidades, o aluno poderia, paulatinamente, transferir e generalizar o aprendizado de pequenas jogadas para uma situação que envolvesse um jogo completo (Katz, 2014).

As diferentes necessidades dos alunos exigem que o terapeuta ocupacional pense em estratégias individuais, mas também coletivas, já que o ambiente escolar é um espaço de interação constante, do qual as atividades em grupo fazem parte (Rocha et al, 2003). Além disso, as atividades grupais possibilitam ao aluno vivenciar diferentes situações de interação, que proporcionam a participação social e as trocas (Folha & Monteiro, 2017; Jurdi et al., 2003).

No contexto deste projeto, além das estratégias e adaptações, foram realizadas orientações aos participantes, que, segundo Cardoso e Matsukura (2012), representam uma das principais ações de terapeutas ocupacionais na inclusão escolar de alunos com NEE.

Nas observações em sala de aula, notou-se que, muitas vezes, os alunos não compreendiam o que era solicitado pelos professores acerca das atividades a serem realizadas. Dessa forma, os docentes foram orientados a falar pausadamente e a olhar para o aluno, durante toda a instrução sobre a tarefa, além de fazer o comando verbal e por escrito, para promover e facilitar a compreensão e a fixação do que deveria ser desenvolvido.

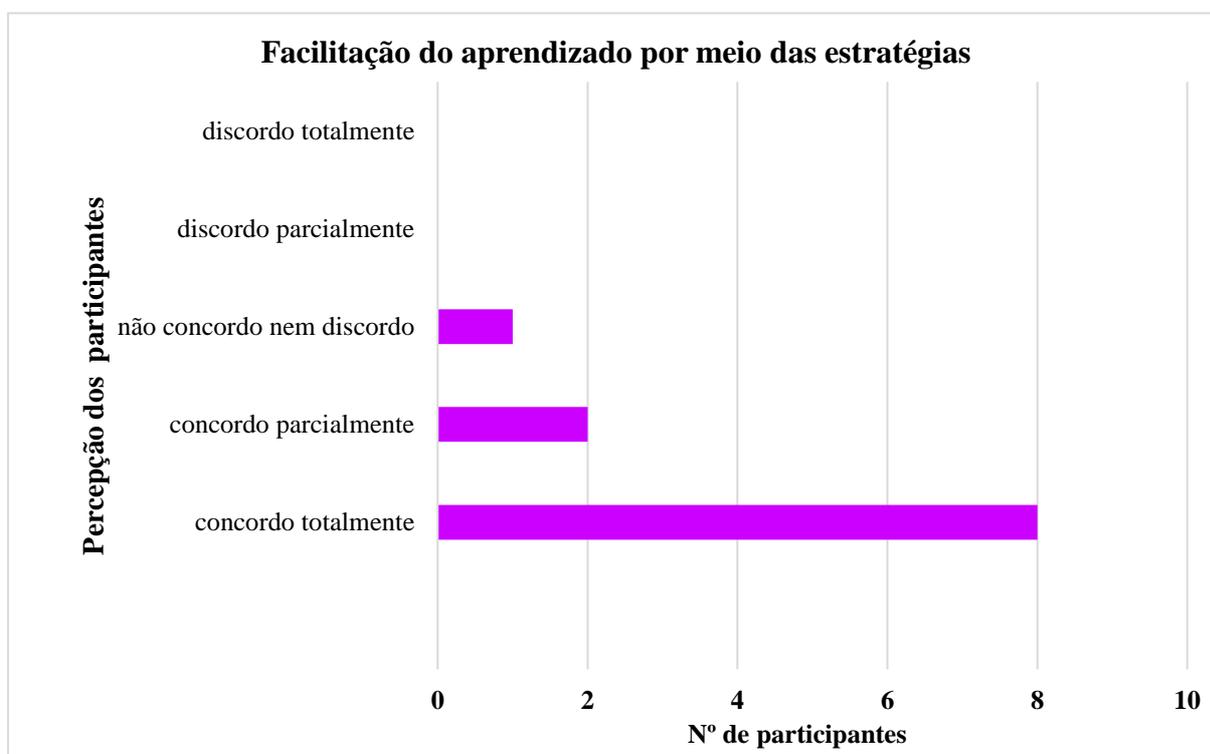
Oferecer comandos de forma clara, por meio da repetição e do estímulo auditivo e visual, parece ser uma maneira de reforçar o que o aluno deve fazer no que tange às atividades escolares. É também uma estratégia que o permite revisitar os comandos durante a realização das tarefas e verificar se está fazendo da forma correta. Folha e Monteiro (2017) relataram em seu estudo a utilização de estratégias semelhantes, ao oferecer o comando aos alunos, a fim de reduzir a lentidão nas tarefas e melhorar a atenção.

Ressalta-se que uma escola que não elabora adaptações curriculares e não tem propostas inclusivas deixa de oferecer igualdade de condições para seus educandos. Por fim, mesmo que o aluno com NEE não consiga experienciar de forma plena e direta algum conteúdo, é necessário tornar possível algum nível de compreensão sobre a disciplina e atividades escolares, sem poupar esforços para possibilitar sua participação e envolvimento (Munster, 2013; Nascimento, 2009).

3.3 Feedback dos docentes acerca da efetividade das estratégias

No questionário relativo à percepção dos professores sobre os resultados e efetividade das estratégias, verificou-se que apenas um participante sinalizou que não concordava e nem discordava sobre a facilitação da aprendizagem dos alunos (Gráfico 1):

Gráfico 1: Facilitação do aprendizado por meio das estratégias



Fonte: elaborado pelas autoras

De modo geral, o feedback dos participantes foi positivo em relação às propostas das pesquisadoras. A partir de alguns relatos feitos pelos docentes na parte final do questionário de percepção, notou-se que estes perceberam mudanças no processo de aprendizagem dos alunos com NEE e se mostraram satisfeitos com os resultados das estratégias desenvolvidas.

Destaca-se que as diversas ações do terapeuta ocupacional são um caminho para auxiliar a comunidade escolar a lidar de forma objetiva com as diferenças no cotidiano, de modo a facilitar e promover o processo de inclusão escolar (Rocha et al., 2003).

Pelosi e Nunes (2011), após intervenção com professores, indicaram como o trabalho docente se modificou positivamente. As atividades em sala de aula passaram a ser adaptadas, o uso dos recursos indicados era treinado e novas estratégias elaboradas, com o objetivo de favorecer a autonomia e participação dos alunos com NEE.

A análise de Baleotti e Zafani (2017) sobre a satisfação do professor, em relação ao desempenho do aluno com NEE que utilizava recursos de TA, estava diretamente associada à percepção do desempenho do discente na utilização contínua do dispositivo.

Uma das professoras também sinalizou a importância da continuidade do trabalho realizado pelas pesquisadoras. Por meio de sua percepção, ficou evidente o desejo de manutenção da parceria, que poderia beneficiar tanto o processo de educação inclusiva, quanto a formação profissional. Folha e Monteiro (2017) demonstraram a percepção dos docentes no que se refere à importância da troca com outros profissionais, uma vez que isso proporcionou um melhor desempenho escolar dos alunos. É relevante que o processo de formação profissional deve ser contínuo, integrado e permanente (Nascimento, 2009).

No entanto, os avanços da intervenção realizada com os professores requerem ultrapassar o campo da pesquisa para o cotidiano escolar, no qual sejam feitos investimentos públicos para contratação não somente de terapeutas ocupacionais, mas também de outros profissionais que possam oferecer o devido suporte a escola (Calheiros & Mendes, 2016).

Por fim, demonstra-se que as mudanças no dia a dia da escola, a partir das novas perspectivas da educação inclusiva, reorientam as ações do terapeuta ocupacional, do contexto clínico para um contexto no qual seja possível trabalhar em conjunto com professores e alunos com NEE, contribuindo, assim, para a aprendizagem (Manzini et al., 2013).

5. Considerações finais

A inclusão escolar é um processo que vem se modificando e melhorando ao longo dos anos, seja por meio da criação e implementação de políticas públicas, seja por mudanças na sociedade que se refletem nas ações dentro e fora da escola. A inserção de profissionais de outras áreas, para além da Educação, no ambiente escolar pode ser uma estratégia positiva, que possibilite a efetivação e o avanço da educação inclusiva, que só se constrói de maneira coletiva. Dessa forma, nesta pesquisa, buscou-se compreender as potencialidades e possibilidades da atuação do terapeuta ocupacional no contexto escolar, na contribuição para o processo de ensino-aprendizagem, por meio de estratégias facilitadoras do trabalho de professores e de alunos com NEE e, conseqüentemente, melhoras no desempenho desses alunos nas atividades escolares.

Contudo, observou-se uma realidade na qual as demandas trazidas pelos participantes se diferenciaram do que é reportado em outros estudos relacionados à atuação do terapeuta ocupacional no campo da

Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup., 6(2), 892-908, 2022.

Educação. Mesmo assim, as estratégias e adaptações propostas atingiram seu objetivo e foram relevantes na facilitação do processo de aprendizagem de alunos com NEE.

Refletiu-se que os benefícios desta pesquisa não se deram somente para os professores e alunos da escola, mas também contribuíram significativamente para a formação em Terapia Ocupacional, uma vez que ainda não há campos de estágio nessa área em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

No tocante ao papel do terapeuta ocupacional, compreendeu-se que este profissional é fundamental no contexto escolar, no auxílio aos professores que possuem alunos de inclusão em sala. Este profissional está apto para reconhecer as potencialidades dos alunos e avaliar os impactos que as condições de saúde dos discentes com necessidades educativas específicas têm no desempenho ocupacional. Assim, poderá propor adaptações e estratégias que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem dessa população.

Como limitações desta pesquisa, não foram coletadas informações mais detalhadas sobre a titulação dos professores e, portanto, não foi possível confirmar se a formação dos participantes se relacionava com a temática da educação inclusiva.

Outra limitação foi a apresentação de um recorte dos resultados e discussões mais relevantes, do ponto de vista das pesquisadoras, devido à quantidade de material analisado. Além disso, identificou-se que o breve tempo destinado ao desenvolvimento da pesquisa, por se tratar de um trabalho de conclusão de curso, e a rotina intensa dos participantes dificultaram o acompanhamento da aplicação das estratégias propostas.

Entendeu-se a importância da presença do terapeuta ocupacional junto ao professor no dia a dia da sala de aula e na aplicação e uso dos recursos de TA. Indica-se a continuidade do presente estudo, uma vez que é a primeira pesquisa desta natureza realizada na Escola Municipal Nicarágua, cujos resultados poderão ser melhor aprofundados e contribuirão para a produção de mais evidências científicas sobre o tema.

Sendo assim, mais pesquisas nessa área são importantes para divulgar as possibilidades de contribuição do terapeuta ocupacional no desempenho das ocupações, tanto de professores como dos alunos, porém, ações mais concretas, que invistam na entrada efetiva deste profissional no contexto escolar, fazem-se necessárias, para que haja cada vez mais avanço nos processos de inclusão escolar.

Referências

Amorim, R. M., & Silva, C. G. (2016). O Uso das Imagens no Ensino de História: Reflexão Sobre o Uso e a Interpretação das Imagens dos Povos Indígenas. *História & Ensino*, 22(2), 165-187. <http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.2016v22n2p165>

Baleotti, L. R., & Zafani, M. D. (2017). Terapia ocupacional e tecnologia assistiva: reflexões sobre a experiência em consultoria colaborativa escolar. *Cad. Bras. Ter. Ocup. UFSCar*, 25(2), 409-416. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoRE0867>

BARDIN, L. (2001). *Análise de conteúdo*. Martins Fontes.

Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial [da] União*, Brasília.

Brasil. (2017). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] União*, Brasília.

Calheiros, D. S., & Mendes, E. G. (2016). Consultoria colaborativa a distância em tecnologia assistiva para professores. *Cad. de Pesquisa*, 46(162), 1100-1123. <https://doi.org/10.1590/198053143562>

Câmara Municipal do Rio de Janeiro. (2018). Lei nº 6.432 de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para alunos com deficiência e altas habilidades/superdotação da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências. *Câmara Municipal [do] Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro.

Cardoso, P. T., & Matsukura T. S. (2012). Práticas e perspectivas da terapia ocupacional na inclusão escolar. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 23(1), 7-15. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v23i1p7-15>

Cavalcanti, A., Dutra, F. C. M. S., & Elui, V. M. C. (2015). Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo 3ª ed. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 26(ed. especial), 1-49. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26iespp1-49>

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO. (2018). Resolução nº 500, de 26 de dezembro de 2018. Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília.

Della Barba, P. C. S., & Minatel, M. M. (2013). Contribuições da Terapia Ocupacional para a inclusão escolar de crianças com autismo. *Cad. Bras. Ter. Ocup. UFSCar*, 21(3), 601-608. <https://doi.org/10.4322/cto.2013.062>

Folha, D. R. S. C., & Monteiro, G. S. (2017). Terapia ocupacional na atenção primária à saúde do escolar visando a inclusão escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. - Revisbrato*, 1(1), 202-220. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto5311>

Gebrael, T. L.R., & Martinez, C. M. S. (2011). Consultoria colaborativa em terapia ocupacional para professores de crianças pré-escolares com baixa visão. *Rev. Bras. Educ. Esp*, 17(1), 101-120. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000100008>

Ghedini, L. S. L., Mancini, M. C., & Brandão, M. B. (2010). Participação de alunos com deficiência física no contexto da escola regular- Revisão de Literatura. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 21(1), 1-9. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v21i1p1-9>

Giardinetto, A.R.S.B. (2009). *Educação do aluno com autismo: um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do currículo funcional natural* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista]. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102271>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010). *Censo demográfico e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil*. Ministério da Saúde. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. (2013). *Censo da Educação Básica: 2012 - resumo técnico*. Ministério da Educação. https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf

Jurdi, A. P. S., Brunello, M. I. B., & Honda, M. (2004). Terapia ocupacional e propostas de intervenção na rede pública de ensino. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 15(1), 26-32. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i1p26-32>

Katz, N. (2014). *Neurociência, Reabilitação Cognitiva e Modelos de Intervenção em Terapia Ocupacional*. Santos.

Manzini, M. G., Assis, C. P., & Martinez, C. M. S. (2013). Contribuições da Terapia Ocupacional na área da comunicação suplementar e/ou alternativa: análise de periódicos da Terapia Ocupacional. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, 21(1), 59-73. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.010>

Munster, M. A. V. (2013). Inclusão de Estudantes com Deficiências em Programas de Educação Física: Adaptações Curriculares e Metodológicas. *Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adap.*, 14(2), 27-34. <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2013.v14n2.3612>

Nascimento, R. P. (2009). Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. *Secretaria de Educação do Paraná*. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>

Nunes, D. R. P., Azevedo, M. Q. O., & Schmidt, C. (2013). Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. *Rev. Educ. Esp.*, 26(47), 557-572. <https://doi.org/10.5902/1984686X10178>

Pelosi, M. B., & Nunes, L. R. D. P. (2011). A ação conjunta dos profissionais da saúde e da educação na escola inclusiva. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 22(1), 52-59. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v22i1p52-59>

Pletsch, M. D. (2009). A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes, políticas e resultados de pesquisas. *Educar em Revista.*, (33), 143-156. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>

Plotegher, C. B., Emmel, M. L. G., & Cruz, D. M. C. (2013). Utilização de dispositivos assistivos por alunos com deficiência em escolas públicas. *Cad. Bras. Ter. Ocup. UFSCar*, 21(1), 35-42. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.006>

Rocha, E. F., Luiz A., & Zulian, M. A. R. (2003). Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 14(2), 72-78. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v14i2p72-78>

Santos, C. B., Marques, M. L. C., & Rocha, A. N. D. (2015). Percepção de professores sobre o trabalho colaborativo entre profissionais da saúde e educação no contexto escolar. *Anais eletrônicos, 8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP*. UNESP.

Toyoda, C. Y., Mendes, E. G., Lorenço, G. F., & Akashi, L. T. (2007). O contexto multidisciplinar da prática da Terapia Ocupacional frente ao paradigma da inclusão escolar. *Cad. Bras. Ter. Ocup. UFSCar*, 15(2): 121-130.

<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/141/98>

Trevisan, J. G., & Barba P. C. S. D. (2012). Reflexões acerca da atuação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. *Cad. Bras. Ter. Ocup. UFSCar*, 20(1), 89-94. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.010>

Contribuição dos autores: Ambas contribuíram na concepção do texto, organização de fontes e análises, redação do texto e revisão.

Recebido em: 04/02/2021

Aceito em: 07/02/2022

Publicado em: 20/05/2022

Editor(a): Ana Carollyne Dantas de Lima